

Cláudio Grande Júnior

Usucapião sobre Terras Públicas e Devolutas



EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2017

Copyright © 2017 by Cláudio Grande Júnior

Categoria: Direito Privado Agrário

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Bianca Callado

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

Grande Júnior, Cláudio

Usucapião sobre Terras Públicas e Devolutas. /Cláudio Grande Júnior. -
Rio de Janeiro :Lumen Juris,2016.
456p.; 23 cm. (Coleção Direito Agrário PPGDA-UFG)

Bibliografia: p. 415-431.

ISBN: 978-85-8440-856-6

1. Direito Agrário - Usucapião. 2. Direito Privado Agrário - Usucapião - Terras
Públicas – Devolutas. 3. História do Direito - Privatização das Terras Estatais -Política
Agrária.I. Título. II. Séries.

CDD - 342.12477

Sumário

Apresentação da Coleção.....	IX
Prefácio – Usucapião, um Difícil Tema de Direito Agrário.....	XI
Apresentação da Obra.....	XV
1. Exposições Preliminares para Melhor Compreensão do Tema.....	1
1.1. Rápidas Considerações sobre a Questão da (In)Prescritibilidade das Terras Públicas e Devolutas no Direito Agrário Brasileiro.....	1
1.2. Diferenciando Domínio e Propriedade.....	4
1.3. Terras Estatais: Terras Públicas e Terras Devolutas.....	6
1.4. Pressuposto e Fundamentos para a Privatização das Terras do Estado.....	7
1.5. Atual Significado do Princípio Constitucional Agrário da Privatização das Terras Estatais.....	9
2. Desconstrução e Reconstrução da Cultura Jurídica sobre a Usucapião de Imóveis Públicos, na Vigência do Código Civil de 1916.....	13
2.1. Exigências do Sistema Econômico e do Sistema Político versus uma Tradição do Sistema Jurídico: o Embate desses Sistemas na Opção pela Proibição da Usucapião de Bens Públicos no Código Civil de 1916.....	14
2.1.1. Aparecimento da Expressão <i>Usucapião</i> no Direito Brasileiro.....	14
2.1.2. Razões Políticas e Econômicas para a Proibição da Usucapião sobre Todas as Espécies de Bens Públicos, no Código Civil de 1916..	15
2.1.2.1. Tradição Jurídica de Prescrição Aquisitiva sobre Certos Bens Estatais.....	17
2.1.2.2. Contexto Econômico e Político Contrário ao Discurso Jurídico Tradicional.....	19
2.1.2.3. Terras Devolutas e Mandonismo Oligárquico na República Velha	24
2.1.2.4. Código Civil e Usucapião.....	29

2.2. A Díficil Construção do Entendimento Jurídico pela Proibição da Usucapião sobre Todas as Categorias de Bens Públicos no Brasil	30
2.2.1. Da Promulgação do Código Civil até a Revolução de 1930.....	30
2.2.1.1. Entendimentos pela Imprescritibilidade de Todos os Bens Públicos	32
2.2.1.2. Entendimentos pela Prescritibilidade de Certas Categorias de Bens Públicos	33
2.2.1.3. Prevalência do Discurso da Prescritibilidade de Certas Categorias de Bens Públicos	36
2.2.1.4. Da Imprescritibilidade das Terras Devolutas à Imprescritibilidade dos Bens Públicos em Geral	43
2.2.2. Durante a Era Vargas	55
2.2.2.1. Governo Provisório Pós-Revolução (1930 a 1934): Reiteração de Atos Normativos Visando Proibir Totalmente a Usucapião sobre Bens Públicos	56
2.2.2.2. Um Momento Decisivo: a Constituição de 1934 e a Ressalva da Possibilidade da Usucapião <i>Pro Labore</i> sobre Terras Estatais.....	67
2.2.2.3. A Questão diante da Constituição de 1937 e da Política Agrária no Estado Novo	89
2.2.2.4. Debate da Questão no Supremo Tribunal Federal durante o Estado Novo.....	105
2.2.3. Da Experiência Democrática Pós-Guerra aos Governos Militares.....	129
2.2.3.1. Terras Estatais, Usucapião e a Constituição de 1946.....	131
2.2.3.2. A Abrupta Superveniência do Verbete n.º 340 da Súmula do STF e seu Conturbado Cenário Político de Fundo	142
2.2.3.3. Consequências da Súmula 340 do STF e a Política Agrária dos Militares	161
3. A Questão da Usucapião de Terras Estatais na Vigência da Constituição Federal de 1988.....	175
3.1. Proibição da Usucapião de Imóveis Públicos na Constituição Federal de 1988	175
3.1.1. Extensão da Proibição a Todas as Formas de Usucapião.....	175

3.1.2. Importância do Debate sobre a Proibição na Periferia do Sistema Jurídico	178
3.1.3. A Opção Constitucional pela Proibição da Usucapião sobre Imóveis Públicos	188
3.1.4. Discussão sobre a Proibição da Usucapião de Imóveis Públicos no Interior do Sistema Jurídico	194
3.2. Críticas aos Atuais Defensores da Prescritibilidade de Terras Devolutas	213
3.2.1. Quadro Geral Exemplificativo dos Atuais Defensores da Prescritibilidade de Terras Devolutas	213
3.2.2. Crítica ao Entendimento de Celso Ribeiro Bastos.....	214
3.2.3. Crítica ao Entendimento de José Cretella Júnior	223
3.2.4. Crítica ao Entendimento de Uadi Lammêgo Bulos.....	228
3.2.5. Análise do Entendimento de Juarez Freitas	229
3.2.6. Críticas a outros Defensores da Prescritibilidade de Certos Imóveis Estatais	233
3.3. Contra-Argumento e Sugestão de Penna Amorim Pereira aos Defensores da Prescritibilidade de Certas Terras Estatais.....	235
3.4. Escapando da Proibição da Usucapião de Imóveis Públicos através de uma Porta para o Passado.....	236
4. Usucapião de Terras Estatais no Brasil Antes da Vigência do Código Civil de 1916.....	257
4.1. Origens Históricas do Domínio Estatal sobre a Totalidade das Terras Brasileiras.....	257
4.1.1. Domínio e Propriedade, Usucapião e Prescrição de Roma até a Idade Média.....	257
4.1.2. Formação do Estado Português Moderno e Sobrevida de Algumas Instituições Jurídicas Medievais	274
4.1.3. Progressiva Modificação do Conteúdo Jurídico das Antigas Sesmarias Medievais Portuguesas	282
4.1.4. Empreitada Comercial Portuguesa Ultramarina	289
4.1.5. Domínio da Coroa Portuguesa sobre as Terras Brasileiras	292
4.2. Perquirindo sobre a Possibilidade de Usucapião ao longo do Processo Histórico de Privatização das Terras Estatais no Brasil	296

4.2.1. Gestão e Concessão das Terras Estatais durante a Colonização	296
4.2.1.1. Transplante do Instituto Jurídico das Sesmarias para o Brasil	296
4.2.1.2. Impossibilidade Jurídica da <i>Usucapio</i> e da Prescrição Aquisitiva sobre Terras da Coroa durante a Colonização	309
4.2.2. Aposseamentos Particulares de Terras Estatais no Final da Colonização e na Primeira Metade do Império do Brasil.....	327
4.2.2.1. Sesmarias versus Aposseamentos Irregulares de Terras da Coroa	327
4.2.2.2. Período “das Posses”	330
4.2.2.3. Inoperância do Direito Fundamental (Propriedade) a Possibilitar a Usucapião de Imóveis durante o Período “das Posses”	331
4.2.3. Inauguração da Atual Sistemática de Privatização das Terras Devolutas pela Lei de Terras de 1850 e o Longo Processo de Efetivação do Direito à Propriedade Imobiliária no Brasil	335
4.2.3.1. Liberalismo e Direito à Propriedade da Terra no Ocidente ...	335
4.2.3.2. Direito à Propriedade da Terra no Brasil Império.....	351
4.2.3.3. Usucapião e Prescrição Aquisitiva sobre Imóveis do Estado	367
4.2.3.4. A Questão mais Específica acerca da Usucapião e da Prescrição Aquisitiva sobre Terras Devolutas	381
4.3. Fechando Parcialmente a Porta para o Passado.....	407
Conclusões	409
Referências Bibliográficas	415